



## ELEIÇÕES:

# O NOSSO LADO É DOS TRABALHADORES

Sindicato promove reunião aberta no dia 15/10 às 17h, para avaliar conjuntura.

**D**iante da conjuntura política após o resultado das eleições do último domingo (7), em que os candidatos, Haddad e Bolsonaro, obtiveram a maioria dos votos para presidência e disputarão o 2º turno em 28 de outubro, o Sindipetro-RJ reafirma sua luta contra os leilões do petróleo, contra as privatizações, contra a retirada

de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, ataques aos aposentados e pensionistas e qualquer tipo de discriminação. Por isso, inclusive, participamos do movimento #EleNão.

Somos e seremos sempre uma trincheira, independentemente de quem seja eleito e que tenha a pretensão de atacar nossos direitos e a Petrobrás. O momento é de reflexão e precisamos

estar antenados com os anseios da categoria e de todos os demais trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. O nosso sindicato petroleiro entende a gravidade do atual momento político do Brasil, e realizaremos uma reunião do nosso colegiado para avaliar a conjuntura que se impõe após o 1º turno das eleições de 2018.

## 65 Anos da Petrobrás



*A Petrobrás faz 65 anos e a comemoração dos trabalhadores salienta a luta contra a privatização e entrega do petróleo e gás brasileiros. Leia na página 3*

## PETROS: PROPOSTA UNIFICADA EM CONSTRUÇÃO

O Fórum unificado para construção da proposta alternativa ao PED do PPSP fará reunião para debater alternativas que salvem o Plano e minimizem o reajuste das contribuições normais. O Sindipetro-RJ também realizará um colegiado extraordinário para melhor conhecimento e avaliação da proposta construída e iniciar o processo de debate com a categoria.

O Sindipetro-RJ publicou entrevista sobre a construção da proposta unificada dos petroleiros para salvar o plano Petros, com Ronaldo Tedesco, conselheiro deliberativo da Petros e um dos integrantes do Fórum em Defesa da Petros, no boletim 91. Veja material completo no site do Sindicato.



## REUNIÃO MENSAL DE APOSENTADOS

Na reunião mensal, terça (02), promovida pelo Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sindicato, o diretor Roberto Ribeiro fez um resumo sobre as atividades promovidas durante o mês de Setembro e destacou a importância da Proposta Unificada para enfrentar o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) elaborada a partir de debate entre as entidades integrantes do Fórum em Defesa da Petros (AEPET, AEXAP, AMBEP, Fenasp, FNP, GDPA-PE e SINDMAR) e a FUP.

Roberto Ribeiro chamou a atenção para a renúncia do presidente da Petros, Walter Mendes, no dia 26

de setembro, um dia após a reunião das entidades. "Nós não podemos, nem vamos deixar que acabem com o nosso Fundo, nem com nenhum outro direito que conquistamos com muita luta", afirmou.

Agora, a Proposta Unificada, que mantém como principal estratégia a cobrança da dívida das patrocinadoras, vai receber adendos dos debates com a categoria. **SINDICALIZE-SE!**

Os informes jurídicos foram feitos pelo diretor Igor Krettli. Ele explicou que a orientação é para que sejam realizados todos os atendimentos solicitados por telefone ou

de forma presencial, porém essa questão passa por investimento financeiro também, mas muitas adequações já estão em prática no Setor e podem ser conferidas pelos sindicalizados.

Igor Krettli ressaltou que o volume de trabalho no Setor Jurídico do Sindicato exige a tomada de algumas decisões e, neste sentido, a Direção Colegiada determinou que as ações deverão ser propostas exclusivamente pelos associados do Sindicato. A íntegra do informe jurídico está disponível em <https://www.facebook.com/sindipetro/rj/videos/182355769256974/>

## INFORME JURÍDICO

### BITRIBUTAÇÃO

São ações individuais propostas contra a receita Federal/Fazenda Nacional que cobram a restituição dos valores de imposto de renda que tenham incidido sobre os valores de quaisquer verbas de natureza indenizatória relacionadas à benefício/auxílio educação retroativo a 5 anos do momento de proposição da ação.

Há previsão de que em novembro todos os cálculos sejam finalizados para o associado que entregou corretamente a documentação para formulação da ação.

### VPDL

O Sindipetro-RJ está peticionando o cálculo a ser realizado pela Petrobrás. Tem direito a executar a ação pelo Sindipetro-RJ os atuais sindicalizados que receberam a rubrica PLDL/1971 e trabalharam na base territorial do sindicato no período de recebimento da rubrica citada.

### AÇÃO DE TROCA DE TURNO (MINUTO A MINUTO)

Esta ação, protocolada em fevereiro passado, está sem movimentação desde julho, aguardando o resultado do peticionamento feito pelo Sindipetro-RJ que pede a inclusão de pessoas que não foram incluídas no cálculo por parte da Petrobrás.

### FGTS

Para quem entregou a documentação dos cálculos pendentes o Sindicato informa que os mesmos já estão concluídos e que serão protocolados na justiça em novembro próximo. Além disso, os processos já enviados e que foram impugnados estão sendo respondidos.

Vale lembrar que o Sindipetro-RJ ganhou na Justiça ação referente às diferenças de valores sobre a correção do FGTS referente aos planos Verão (1989) e Collor (1990) e meses no período de 1987-88 e 1990-91. O processo está em execução, e por isso, a ação coletiva foi extinta, estando em execução individual.

**COMISSÃO DE ANISTIA** - Em resposta a ofício enviado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a Petrobrás informa que está agendada a reunião da Comissão de Anistia para o dia 19 de outubro, a partir de 10h no Edise, 4º andar, sala 1.

## Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

[www.sindipetro.org.br](http://www.sindipetro.org.br)

(21)3034-7300/7326

**Comunicação:** Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo | (21)3034-7307/7337

**Edição e redação:** André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ).

**Secretaria:** Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias

**Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000

# ATO CELEBRA 65 ANOS DA PETROBRÁS E PROTESTA CONTRA SEU DESMONTE



**P**etroleiros e entidades que lutam contra o desmonte da Petrobrás e a entrega do petróleo brasileiro para multinacionais, realizaram ato na porta do Edise, na quarta-feira (3), dia do aniversário de 65 anos da Petrobrás. O protesto também exigiu uma mudança na política de preços dos derivados. Mudar a lógica privatista e centrada na remuneração dos acionistas é transformar as estatais em indutoras do desenvolvimento nacional e voltadas para o benefício da população.

Pela manhã, aposentados realizaram um protesto na AMS, no saguão do Edise: "Em homenagem aos 65 anos da Petrobrás, o nosso grupo de aposentados realizou um ato no saguão contra os leilões e desmonte do sistema e o Plano de Equacionamento do Déficit da Petros, o PED. O RH da empresa, em uma atitude ditatorial, bloqueou os crachás dos petroleiros para acesso ao Edise, nos proibindo de usar o megafone e faixas. Resistimos e conseguimos fazer o ato" - conta Roberto Ribeiro, diretor do Sindipetro-RJ.

Já na frente da Petrobrás, com um bolo, os petroleiros representaram a retomada de nossas reservas, cobrindo de verde e amarelo as ban-

deiras dos países imperialistas, EUA e China, que hoje ficam com a maior fatia do Pré-Sal, graças aos seguidos governos neoliberais.

Eduardo Henrique, coordenador da FNP e diretor do Sindipetro-RJ falou do orgulho da categoria sobre trabalhar na empresa e explicou o motivo do ato. "Hoje muitos colegas nas mídias, em suas respectivas redes sociais, lembraram o orgulho de trabalhar na Petrobrás. Infelizmente, neste momento, a empresa passa por um momento de desmonte e privatização, uma companhia que poderia ser o símbolo de desenvolvimento do Brasil. Há décadas a Petrobrás vem sendo atacada por sucessivos governos, sendo fruto da cobiça internacional e dos corruptos de plantão. Mas estamos aqui celebrando e defendendo a Petrobrás".

Integrantes da base do edifício sede também realizaram uma roda de conversa em outro acesso do prédio, explicando a política de RH da empresa que está sendo aplicada a partir do PLAFORT com a implantação do PCR, que visa basicamente preparar o caminho para uma futura privatização. Na roda foi abordada a importância de construir e aprimorar o processo de luta e resistência contra o desmonte e o modelo de gestão da empresa.

## PRODUÇÃO DE PETRÓLEO REGISTRA QUEDA EM AGOSTO

A ANP informa que a produção média de petróleo do Brasil, em agosto, somou 2,522 milhões de barris por dia, queda de 2,1 por cento ante julho, e recuo da mesma proporção ante o mesmo mês do ano passado. Já a produção de gás natural no Brasil, em agosto, atingiu 106 milhões de metros cúbicos

ao dia, queda de 8,3 por cento ante o mês anterior e recuo de 4,9 por cento ante o mesmo mês de 2017.

A produção do Pré-Sal em agosto totalizou 1,720 milhão de boe/d, uma redução de 5,6% em relação ao mês anterior. Foram produzidos 1,374 milhão de barris de petróleo por dia e 55 milhões de metros cúbicos diários de

gás natural por meio de 88 poços. A produção no Pré-Sal correspondeu a 53,9% do total produzido no Brasil. Segundo a ANP, o principal motivo para a queda na produção foi a parada programada da plataforma FPSO Cidade de Angra dos Reis, localizada no campo de Lula, no Pré-Sal da Bacia de Santos.

# JUSTIÇA OBRIGA PETROBRÁS A RECONHECER EXPOSIÇÃO AO BENZENO

Orientamos os trabalhadores dos GHEs citados (CENPES, TABG, TEVOL e TEJAP) que solicitem seus PPPs à empresa e verifiquem se consta a exposição ao Benzeno no documento recebido.

**BENZENO  
não é flor  
QUE SE CHEIRE**

O Sindipetro-RJ propôs ação contra a Petrobrás e a Transpetro, em favor dos trabalhadores do Centro de Pesquisas da Petrobrás - CENPES, da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho/ Baixada Fluminense (UTE BLS/BF), do Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara - TABG, do Terminal da Baía da Ilha Grande - TEBIG -, do Terminal de Volta Redonda -TEVOL- e do Terminal de Japeri - TEJAP - solicitando o correto preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) quanto à presença de Benzeno nos locais de trabalho; além do recolhimento da alíquota adicional na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP - e o pagamento de indenização em decorrência de dano social.

O pagamento adicional de alíquota da GFIP (referência art. 57§ 6º, Lei 8.213/91) está relacionado ao reconhecimento da situação de exposição aos agentes nocivos à saúde, condição a qual estará vinculado um eventual pedido de aposentadoria especial interferindo na contagem do tempo para a aposentadoria.

O reconhecimento e registro da exposição ao Benzeno - independente do limite de exposição, pois não há limite de exposição seguro ao Benzeno e não existe na legislação Brasileira qualquer limite de exposição definido - está relacionado ao possível dano à saúde, posto que qualquer exposição ao Benzeno pode resultar em danos permanentes à saúde do

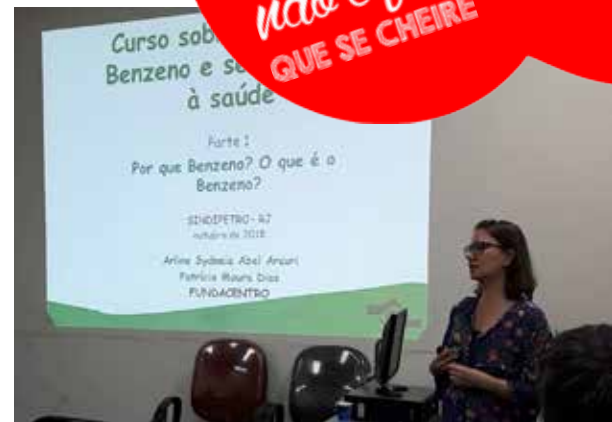
trabalhador.

A indenização social está relacionada ao não cumprimento da legislação e acordos vigentes pela Petrobras e Transpetro que geraram dano a cada trabalhador que esteve exposto ao Benzeno ao omitir o registro desse agente nos PPPs, gerando um dano à coletividade dos trabalhadores.

O Ministério Público foi chamado a se pronunciar e deu parecer no sentido de que a decisão sobre o recolhimento da alíquota adicional da GFIP não é de atribuição do judiciário trabalhista, mas do judiciário federal, por se tratar de questão fiscal e previdenciária. Nesse sentido, a decisão do juízo foi em consonância com o parecer citado ratificando a incompetência do judiciário trabalhista para a questão (ou seja, não é ele que pode julgar a matéria) e extinguindo o pedido sem julgamento de mérito (ou seja, não concede o que se pediu em relação a esse ponto, não julga nem decide sobre o tema). O jurídico do Sindipetro-RJ já está avaliando as medidas cabíveis quanto a esse ponto.

Também o Ministério Público foi favorável em seu parecer ao pedido de registro no PPP da presença do Benzeno (independente do grau de exposição) e outros elementos cancerígenos e do pagamento de dano social. E o juízo foi favorável a esse parecer, condenando a Petrobras e Transpetro na obrigação de fazer o registro nos PPPs e ao pagamento de dano moral coletivo nos seguintes termos:

- Anotação da exposição para to-



Sindipetro-RJ realizou curso sobre o agente cancerígeno na semana passada.

**“Não existe limite seguro de exposição ao Benzeno.”**

dos os empregados dos Grupos Homogêneos de Exposição (GHEs) dos Programas de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno (PPEO-Bs) o que, segundo o juízo, exclui os empregados da UTE BLS/BF e do TEBIG. A pena pelo descumprimento é de multa por documento emitido em desconformidade com a decisão;

- Danos morais coletivos no valor de R\$ 500.000,00 que serão revertidos à Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.

Essa é a decisão do juízo de primeira instância, dessa decisão cabe recurso. O Jurídico do Sindipetro irá, no tempo processual adequado, propor os recursos necessários.

## RESOLUÇÃO 23 SUSPensa

Na última sexta-feira (5), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, através do desembargador federal Jirair Aram Meguerian, deferiu liminar suspendendo os efeitos da Resolução CGPAR nº 23/2018, que trata da alteração de custeio de plano de saúde para trabalhadores de estatais. Com essa decisão, a Resolução 23 deixa de ter eficácia até o julgamento definitivo do processo ou reversão da decisão do desembargador.

O recurso foi interposto pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e pela Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB). O magistrado entendeu que a Resolução “suprime, em verdade, direitos dos funcionários beneficiários de assistência à saúde, inclusive no que se refere, aparentemente, aos aposentados, indo além, em princípio, do que lhe permite a respectiva legislação de criação”.

## PCR TRANSPETRO

Seguindo os mesmos parâmetros da Petrobrás, a Transpetro abriu adesão ao Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), que está sendo ofertado aos trabalhadores sem consultar federações/sindicatos. O prazo vai até 14 de novembro. Quem cair nesta armadilha vai renunciar ao cargo que prestou concurso, desistindo das atribuições de sua profissão para ser um trabalhador multifuncional, à disposição dos “gerentões”. Os atuais 18 cargos de nível superior e os 15 de nível técnico serão transformados em dois únicos cargos: Profissional Transpetro de Nível Superior e Profissional Transpetro de Nível Técnico. Ao aumentar para 60 meses a progressão automática, a Transpetro, em alguns anos, já terá “recuperado” os abonos pagos, congelando as carreiras dos petroleiros. O trabalhador sem a meritocracia imposta pela gestão receberia um nível a cada cinco anos, ou seja, somente sete níveis por antiguidade, em 35 anos de carreira.